



PROGRAMA BRASIL AFROATITUDE COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA DE INCLUSÃO SÓCIO-RACIAL DE ESTUDANTES NEGRAS E NEGROS

Cristiana dos Santos Luiz¹

Universidade de Brasília – UnB, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, DF, Brasil

Aline Pereira da Costa²

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – (Cefet – campus Maracanã), Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Este estudo buscou traçar o perfil e o significado do Programa Brasil Afroatitude-UnB na visão de estudantes atendidos pelo programa. Foi constatado que o Programa Brasil Afroatitude contribuiu significativamente, em termos financeiros, para a manutenção dos alunos na universidade e foi gerador de diversos ganhos simbólicos. O estudo mostrou, ainda, que o Afroatitude-UnB se constituiu em um espaço político de enfrentamento ao racismo dentro e fora dos muros universitários, funcionando como um local de acolhida para os alunos que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), mestre em Política Social (UnB, 2010), especialista em História e Cultura Afro-brasileira (Universidade Federal de Goiás, 2016), graduada em Serviço Social (UnB, 2005). Atualmente, é Assistente Social efetiva da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, tendo como área de atuação o acolhimento institucional para crianças, adolescentes e jovens. Compôs a equipe da Secretaria de Comunidade Tradicionais (SECOMT) na SEPPIR na gestão de Luiza Bairros (2011-2015). Participou da coordenação do Programa Brasil Afroatitude-UnB (2006-2009). Foi pesquisadora assistente II da Diretoria de Desenvolvimento Social do IPEA (2008-2009). Consultora técnica do CEERT (2007). Coordenação do curso de capacitação para Profissionais da Rede de Proteção da Mulher no enfrentamento da violência contra Mulher em Santa Rosa e Regiões, RS (2011). E-mail: crissluiz@gmail.com ; ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5139-9558>

² Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) em 2019. Licenciou-se em Pedagogia pela UnB (2008) e especializou-se em Adolescência e Juventude pela Universidade Católica de Brasília (2012). Foi bolsista (2005-2008) e vice-coordenadora do Programa Afroatitude-UnB (2009-2010), quando ingressou na Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal. Compôs a equipe de Igualdade Racial da Secretaria de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (2015) e do Comitê de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal (2020). Atualmente, integra o Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Territorialidades e Movimentos Sociais da Universidade Estadual do Piauí e atua na Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal. E-mail: alpe.costa@gmail.com ; ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8677-2172>

Além disso, o programa se configurou como um dos principais fomentadores do processo identitário dos alunos. Um dos maiores méritos do programa foi o fortalecimento da identidade negra. A pesquisa mostrou, por fim, que o principal entrave ao programa foi a sua precária institucionalização.

Palavras-Chave: Ações Afirmativas; Programa Afroatitude; Permanência estudantil; Racismo institucional.

BRAZIL AFROATITUDE PROGRAM AS A POLITICAL STRATEGY FOR SOCIO-RACIAL INCLUSION OF BLACK STUDENTS

Abstract: This study sought to outline the profile and meaning of the Brazil Afroatitude-UnB Program in the view of the students assisted by the program. It was found that the Brazil Afroatitude Program contributed significantly, in financial terms, to the maintenance of students at the university and generated several symbolic gains. The study also showed that Afroatitude-UnB constituted a political space for confronting racism within and outside university's walls, functioning as a welcoming place for students who entered the university through the quota system. In addition, the program was configured as one of the main promoters of the students' identity process. One of the program's greatest merits was the strengthening of black identity. Finally, the survey showed that the main obstacle to the program was its precarious institutionalization.

Keywords: Affirmatives actions; Brazil Afroatitude Program; student permanence; institutional racism.

PROGRAMA BRASIL AFROATITUD COMO ESTRATEGIA POLÍTICA PARA LA INCLUSIÓN SOCIO-RACIAL DE ESTUDIANTES NEGRAS Y NEGROS

Resumen: Este estudio buscó delinear el perfil y significado del Programa Brasil Afroatitude-UnB en la visión de los estudiantes asistidos por el programa. Se encontró que el Programa Brasil Afroatitude contribuyó significativamente, en términos económicos, al mantenimiento de los estudiantes en la universidad y generó diversas ganancias simbólicas. El estudio también mostró que Afroatitude-UnB constituía un espacio político para enfrentar el racismo dentro y fuera de los muros universitarios, funcionando como un lugar de acogida para los estudiantes que ingresaban a la universidad a través del sistema de cuotas. Además, el programa se configuró como uno de los principales impulsores del proceso de identidad de los estudiantes. Uno de los mayores méritos del programa fue el fortalecimiento de la identidad negra. Finalmente, la investigación mostró que el principal obstáculo al programa fue su precaria institucionalización.

Palabras-clave: Acciones afirmativas; Programa Brasil Afroatitud; política de permanencia estudantil; racismo institucional.

LE PROGRAMME BRASIL AFROATITUDE COMME STRATÉGIE POLITIQUE POUR L'INCLUSION SOCIO-RACIALE DES ÉTUDIANTS NOIRS



Résumé: Cette étude visait à décrire le profil et la signification du programme Brasil Afroatitude-UnB du point de vue des étudiants aidés par le programme. Il a été constaté que le programme Brasil Afroatitude a contribué de manière significative, en termes financiers, au maintien des étudiants à l'université et a généré plusieurs gains symboliques. L'étude a également montré qu'Afroatitude-UnB constituait un espace politique de lutte contre le racisme à l'intérieur et à l'extérieur des murs de l'université, fonctionnant comme un lieu d'accueil pour les étudiants qui entrent à l'université via le système de quotas. De plus, le programme a été configuré comme l'un des principaux promoteurs du processus identitaire des étudiants. L'un des plus grands mérites du programme était le renforcement de l'identité noire. Enfin, la recherche a montré que le principal obstacle au programme était son institutionnalisation précaire.

Mots-clés: Actions positives; Programme Brasil Afroatitude; politique de permanence des étudiants; racisme institutionnel.

INTRODUÇÃO

Segundo Gomes (2001, p. 6), “as ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade (...)”. De acordo com o autor, elas têm por finalidade combater as discriminações de fundo sociocultural enraizadas na sociedade. No início dos anos 2000, o debate sobre as ações afirmativas no Brasil ganhou um novo fôlego, motivado pela Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 em Durban, na África do Sul, e ainda em função da iniciativa de algumas universidades que adotaram as cotas raciais em seus processos seletivos. A participação do Brasil em fóruns internacionais e, conseqüentemente, em seus acordos e tratados sobre o tema fez com que o Estado admitisse a sua responsabilidade na desigualdade étnico-racial no país e assumisse o compromisso de implementar políticas de combate ao racismo no país.

Com efeito, as cotas raciais na educação superior no Brasil foram implementadas pela primeira vez em 2003, tendo sido as universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e a do Norte Fluminense (UENF) as pioneiras na implementação desse sistema de reserva de vagas para alunos negros no ensino superior no vestibular daquele ano. No caso específico do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei nº 506/2003, de autoria do executivo, legitimou a política de cotas com o apoio da Assembleia Legislativa.

Essa política se concretizou pela Lei nº 4051/2003, assinada e sancionada pelo poder executivo estadual em uma intervenção direta e objetiva do estado na problemática racial. Assim, as cotas raciais foram de certa forma impostas por um instrumento legal sem prévio debate ampliado com a sociedade, tendo em vista que esse era um debate realizado prioritariamente no interior dos movimentos negros.

Conforme destaca Vieira (2021), as políticas de ações afirmativas vigentes no Brasil resultaram de uma longa agenda de lutas e reivindicações do movimento negro.

Das teias e laços trilhados contra o racismo antinegro que estrutura as relações sociais, as organizações negras fizeram brotar um conjunto de robustas proposições visando a construção de uma sociedade verdadeiramente fundamentada na diversidade étnico-racial. Algumas delas tornaram-se importantes políticas públicas, cuja implementação plena ainda esbarra no racismo estrutural, de que são expressões significativas a lei 10.639/03 (instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana afro-brasileira nas escolas); o Estatuto da Igualdade Racial (Lei. 12.888/2010); a lei 12.711/2012 (programa especial de acesso ao ensino superior “lei de cotas” e 12.990/2014 (reserva vagas para negros/as nos concursos públicos da rede federal). (VIEIRA, 2021, p. 361).

A falta de debate ampliado e, principalmente, o racismo causaram uma reação extremada da sociedade às políticas afirmativas no Rio de Janeiro.

Ainda em 2003, compreendendo a vulnerabilidade da população negra na questão de saúde, o Ministério da Saúde (MS), a Secretaria de Políticas de Promoção para Igualdade Racial (SEPPIR), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) lançaram o Programa Saúde da População Negra. No intuito de efetivar o termo de compromisso assinado, o MS criou em 2004 o Programa Brasil Afroatitude. O projeto do programa foi assinado por quatro ministérios e lançado oficialmente no Dia Mundial de Luta Contra Aids, e o Programa Brasil Afroatitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros foi financiado pelo Programa Nacional DST/HIV/AIDS, via UNESCO.

A ideia dos formuladores do projeto era a de que os alunos negros, preferencialmente os que entrassem na universidade pelo sistema de cotas raciais, recebessem uma bolsa de ajuda de custo para desenvolver trabalhos de pesquisa, extensão e monitoria, em que cada unidade participante teria no máximo cinquenta bolsistas. O projeto foi executado em onze universidades, dentre elas: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a Universidade Federal do



Paraná (UFPR), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Dentre os vários objetivos pretendidos pelo Programa Brasil Afroatitudo que, de acordo com os dados analisados neste trabalho, serviram de exemplo de política social e racial, destaca-se o fortalecimento do protagonismo do jovem negro no combate ao racismo e às desigualdades raciais e sociais, especialmente nos espaços acadêmicos, uma vez que a construção de uma reflexão crítica, baseada nos resultados dos trabalhos acadêmicos realizados pelos alunos contemplados pelo programa, influenciou sua realidade acadêmica.

Este artigo é fruto, principalmente, de dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília em 2010, que analisou o Programa Brasil Afroatitudo-UnB no período de 2005 a 2007 como exemplo de política de inclusão social e racial, buscando entender o potencial de transformação e de inserção social dos alunos que participaram do projeto, bem como também é produto de uma reflexão realizada a partir das referências bibliográficas utilizadas na escrita desse texto.

Como base de análise, foi tomado o depoimento das primeiras alunas e dos primeiros alunos que fizeram parte do primeiro ano do projeto e das quatro assistentes técnicas do programa. Embora estas não tenham sido exatamente sujeitos da pesquisa, seus depoimentos foram importantes para compreendermos a dinâmica administrativa do programa e para ampliarmos o nosso olhar sobre os sujeitos da pesquisa.

Dessa forma, os sujeitos desta pesquisa foram os estudantes que entraram pelo sistema de cotas no vestibular do 2º semestre de 2004 da UnB, primeira turma de cotistas da universidade, e que participaram do Programa Brasil Afroatitudo-UnB. Esta pesquisa contou com a participação das alunas e dos alunos que fizeram parte do programa no período entre janeiro de 2005 e dezembro de 2007. A escolha desse período ocorreu em função do financiador do programa, durante esse período, ser o Ministério da Saúde.

Para a coleta e a análise de dados, este trabalho adotou uma metodologia materialista dialética, uma entrevista narrativa com os estudantes da comissão gestora (Grupo A) e entrevistas semiestruturadas com outro grupo de estudantes (Grupo B) – o que distinguiu os dois grupos foi a participação na gestão participativa da coordenação do programa, que foi o caso do primeiro grupo. O método utilizado nos forneceu um



conhecimento mais completo a respeito do Programa Brasil Afroatitudo-UnB. Como o racismo no Brasil é velado³, ou dito de outra forma, conforme afirma Gonzalez (2018), é um racismo de denegação⁴, foi necessário ir além das aparências para não correr o risco de não captar todo o fenômeno que envolve a problemática.

A justificativa deste trabalho no campo da política social se deu em função de entendermos o racismo como uma categoria estruturante da sociedade brasileira. Com isso, queremos dizer que no Brasil temos um grupo racial que é detentor de facilidades e privilégios socioeconômicos, diversos ganhos simbólicos, acesso às oportunidades e direitos facilitados em função de um pertencimento étnico-racial. Nesse sentido, o racismo estrutura e hierarquiza a sociedade brasileira, bem como tenta determinar, e na maioria das vezes com sucesso, o lugar do negro como o da subalternidade, o da marginalidade, o da periferia e o da pobreza.

O RACISMO COMO LIMITADOR DE POSSIBILIDADES

Segundo Gonzalez, “a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial.” (GONZALEZ, 2018, p. 316). A exploração de classe e a discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. Gonzalez (2018) também chama atenção para a naturalização do racismo, que utiliza como ferramenta a infantilização do negro, chamando atenção para a ideia do lugar natural do negro e pontuando que a ideologia do branqueamento visa à dominação mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais.

Destaca-se que a hierarquia racial para os colonizadores é um valor simbólico, moral e de poder que perpetua e permeia as relações sociais e econômicas estabelecidas no Brasil e no mundo. Nessa perspectiva, o poder ainda é ordenado por padrões coloniais, conforme observa Quijano (1995) ao desenvolver o conceito de colonialidade do poder. Essa ideia que “estabelece divisões raciais na organização do trabalho e estado, nas

³ Algo que existe, mas que nem sempre é exposto de forma explícita. Manifesta-se, porém, em olhares e comportamentos que levam à exclusão de pessoas negras.

⁴ O racismo de denegação é um racismo disfarçado que no Brasil é fortemente marcado e sustentado pela ideia da democracia racial. Isso se constituiu como estratégia para dificultar uma tomada de consciência. Nesse sentido, “(...) outra forma de racismo, a de segregação explícita, constata-se que seus efeitos sobre grupo discriminados, ao contrário do racismo por denegação, reforça a identidade racial dos mesmos.” (GONZALEZ, 2018, p. 326).



relações intersubjetivas e na produção do conhecimento” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 505) evidencia que “ainda vivemos sob hierarquizações coloniais” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 45).

Assim, a chamada colonialidade do poder é condição estrutural para uma divisão social e econômica em que os colonizados são posicionados no mundo e cristalizados em determinados lugares específicos na sociedade e nos espaços de poder, especialmente na exclusão de espaços e processos de construção do conhecimento, pois esse nicho pertence quase que exclusivamente ao colonizador. Assim, ao subalterno é destinado a execução de determinados papéis sociais, tendo a sua circulação limitada a determinados espaços sociais específicos. Desse modo, o subalterno é esvaziado como sujeito, passando a orbitar na zona do não-ser e, portanto, não sendo considerado humano (FANON, 2008, p. 26). Segundo Bernardino-Costa (2016), a partir de uma leitura de Fanon:

(...) o colonialismo, mediante o racismo, produz uma divisão maniqueísta do mundo entre a zona do ser e a zona do não-ser. Argumenta que os sujeitos coloniais, em geral, e os negros, em particular, habitam a zona do não-ser e, por isso, são invisibilizados pelo olhar imperial. Diante disto, restará ao negro tornar visível sua existência por meio da afirmação de sua identidade e de seu corpo. Concluímos que a afirmação do corpo permite a elaboração do conhecimento a partir de uma localização particular, assim como permite reinventar um projeto político humanista. (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 504).

Ocupar o lugar de produção de conhecimento com o corpo⁵ negro é uma possibilidade para o fortalecimento do povo negro e uma estratégia real de enfrentamento ao racismo, tornando o corpo negro “uma agência de intervenção política e intelectual.” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 514). Essa presença do corpo negro na academia configura-se como um ato de resistência e de formulação do conhecimento, dando visibilidade para aquilo que a sociedade racista teima em invisibilizar.

No Brasil, a cor da pele de uma pessoa pode ser fator de impulsão social ou de limitação social, pois em sociedades marcadas pelo racismo, ela não apenas identifica membros de um mesmo grupo, como também os classifica e os hierarquiza. Pessoas brancas usufruem de um *privilegio racial*, o que chamamos de privilégio da branquitude, e, inversamente, pessoas negras desfrutam de um antagônico desprivilegio racial, o

⁵ A ideia de corpo neste texto é a do corpo fanoniano. “Fanon afirmava que ‘O corpo é o homem, e o homem, seu corpo,’ mas esse corpo, quando negado pelas adversidades coloniais, se torna uma presença negada, um ente que nem homem ou mulher chega a ser.” (FAUSTINO, 2015, p. 26).

sortilégio da cor, em que a cor da pele determina um teto social, o qual não lhes é permitido ultrapassar. Os negros e negras que conseguem romper esse teto nada mais são que exceções que confirmam a regra.

Hasenbalg (2005) aponta que:

A raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas e multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho (...) (HASENBALG, 2005, p. 124).

As desigualdades raciais no Brasil não são, portanto, apenas um reflexo da situação de pobreza à qual a população negra está submetida. Essas desigualdades são consequências, principalmente, da construção das relações raciais pautadas no racismo e da abolição inconclusa que ocorreu no Brasil e que impediu os negros de circular e ascender a determinados espaços sociais, econômicos, políticos e de poder.

Isso demonstra que, no Brasil, a problemática racial é uma questão para além das dimensões política e socioeconômica, ainda que comprovadamente a ideia de raça aplicada aos seres humanos não encontre mais respaldo e que, portanto, tenha caído em desuso, configurando-se, atualmente, como um conceito que não se aplica à diversidade fenotípica dos seres humanos do ponto de vista biológico. É no sentido sociopolítico, cultural, econômico e na esfera das relações humanas que o conceito se solidifica e encontra sentido, assim não se pode fugir dessas questões latentes, que influenciam a diferença das condições estruturais da população negra, porque é a ideia de raça que dá base e sustenta a sociedade racializada que vivemos.

Embora as relações sócio raciais brasileiras tenham recebido uma nova roupagem no século XX, um verniz que se concretizou em uma pseudo ressignificação de uma relação vertical e hierarquicamente racializada para uma relação horizontal e harmoniosa (a suposta democracia racial), dando a ideia de que a barreira racial no Brasil foi superada e o racismo reduzido a discriminações pontuais, como por falta de educação e/ou caráter do ofensor, não podemos desconsiderar que o racismo estruturou a sociedade brasileira, assim como as sociedades modernas ocidentais de um modo em geral, por meio da legitimação de quais corpos podem morrer e que grupos e raças podem ou não serem dominadas e exterminadas (MBEMBE, 2017).

Assim, a realidade brasileira mostra que essa transformação da condição social do negro na sociedade nada mais é do que um engodo e que a suposta sociedade multirracial de classes, a tão propagada democracia racial não fora consolidada no pós-abolição. Portanto, o racismo continua sendo uma dimensão fundante da estrutura social brasileira, não sendo uma dimensão apenas da vida privada, mas de todo espectro das relações sociais, isso inclui o público e o privado.

Nesse sentido, o Brasil, além de não se materializar efetivamente como uma sociedade multirracial de classe defendida pela ideia de democracia racial, ainda se consolidou como uma sociedade extremamente desigual na qual “(...) todo mundo acha natural. Que negro tem mais é que viver na miséria” (GONZALEZ, 2020, p. 78). Naturaliza-se a exclusão social dos negros dos espaços de poderes, de construção de conhecimento, impingindo ao povo negro o lugar da subalternidade, da zona do não-ser fanoniano, que invisibiliza o corpo negro diante do olhar do colonizador.

Em outras palavras, as relações sociais brasileiras são permeadas e estruturadas pelo racismo. “O racismo, (...) não é mais do que um elemento de um conjunto mais vasto: a opressão sistematizada de um povo” (FANON, 1980, p. 37). E, no caso brasileiro, esse sujeito é o povo negro. Tal constatação demonstra que a desigualdade racial no Brasil não é uma questão regulada pela luta de classe, ou seja, pelo social, mas é uma situação estabelecida pela colonialidade do poder que é fundamentalmente estruturada pela ideia de raça.

Lembrando que “raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva da qual se organiza um sistema socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (HALL, 2003, p. 69). Por isso, o conceito político de raça “só faz sentido e encontra lugar dentro de um sistema classificatório racial, que não somente opõe, mas hierarquiza as raças” (BERNARDINO-COSTA, 2002, p. 262). Assim, nessa perspectiva, o racismo é a principal marca deixada pelo sistema colonial e um dos principais responsáveis pelas estratificações sociais nas sociedades pós-coloniais. Ou seja, o racismo é uma das principais (senão a principal) características de uma sociedade pós-colonial. Segundo Bernardino- Costa (2016), o racismo:

(...) é entendido como um sistema hierárquico que divide a humanidade em superiores e inferiores mediante um sistema de marcas, de acordo com a histórica específica de cada país ou região. Esta linha divisória entre superiores e inferiores tem uma profunda repercussão sobre o que entendemos como humano e,



consequentemente, sobre o discurso político sobre o humano: o humanismo. (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 507).

A inconclusa abolição brasileira é um elemento estrutural que cristalizou o negro no lugar da subalternidade e alimenta o racismo estrutural e cotidiano, pois a liberdade devolvida aos negros veio sem que as condições para sobreviver dignamente no Novo Mundo, isto é, sem redistribuição de renda e terra, o que dificultou o desenvolvimento socioeconômico da população negra: “ao ser convertido em cidadão, o negro conheceu de modo brutal a condição alienada da liberdade que lhe ofereciam.” (IANNI, 2004, p. 307).

Temos, portanto, como reflexo do processo colonial, especialmente em consequência de uma abolição inacabada, malfeita, a situação em que a população negra brasileira ocupa os piores indicadores sociais, sendo as mulheres negras a base da pirâmide social. Como já sinalizamos, a liberdade para os negros veio sem que eles fossem inseridos em nenhuma política pública, “(...) o texto da (...) Lei Áurea, simplesmente declarou o fim da escravidão, revogando as disposições contrárias... e nada mais” (GONZALEZ, 2018, p. 307). É importante destacar que esse processo inacabado garantiu que os corpos negros ficassem fora dos espaços de poder por um bom período, até que mediante luta e resistência esses corpos passaram a furar o bloqueio racial e invadir os lugares que lhes foram negados.

Cabe salientar que, ainda que o sistema colonial tenha sido encerrado, as relações de poderes – estabelecidas na dinâmica do modo de produção colonialista – não se encerraram, mas, ao contrário, permaneceram, se perpetuaram e estruturaram as relações sociais e econômicas na atualidade, fazendo que ainda hoje o corpo negro seja percebido a partir do olhar estereotipado do outro (branco). Desse modo, esse racismo passa a se apresentar no cotidiano mediante discursos, gestos e “ações que colocam o sujeito negro (...) não como ‘Outra/o (...), mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca” (KILOMBA, 2019, p. 78).

Não podemos esquecer que diante de uma abolição inconclusa o papel do estado brasileiro foi fundamental para determinar o lugar do negro na sociedade brasileira. Assim, “observa-se (...) que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi feita via intervenção direta e decisiva do Estado e sob inspiração da ideologia racista que então se consolidava” (THEODORO, 2008, p. 41). Diante desse cenário, as políticas de ações



afirmativas são uma ferramenta que o Estado utiliza para se redimir perante a população negra por anos de sua omissão perante ela. Como afirma Santos (2005), “ação afirmativa é tratar de forma preferencial aqueles que historicamente foram marginalizados, para que lhe sejam concedidas condições equidistantes aos privilegiados da exclusão” (SANTOS, 2005, p. 45).

Uma das finalidades das políticas de ações afirmativas para a população negra na modalidade reserva de vagas (cotas) na universidade é a promoção do aumento da representatividade e da ascensão desse grupo na elite intelectual do país, além da democratização do acesso ao ensino superior. As estáticas demonstram que quanto maior o nível de estudo, maiores e melhores são as chances e as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. No entanto, aumentar a representatividade não é apenas oportunizar o maior acesso às universidades, mas também garantir a permanência desses alunos e alunas no ensino superior até a conclusão.

Um dos principais entraves e desafio para a inclusão e a permanência da população negra no ensino superior, especialmente nas universidades públicas, tem sido a falta de políticas públicas para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a conclusão da graduação e da pós-graduação por alunas e alunos negros. Considerando que muitas vezes as universidades públicas possuem uma grade horária que demanda do estudante a participação em turnos diferentes em um mesmo semestre, um volume alto de leitura é exigido, o que faz com que seja muito pesado trabalhar e cursar a universidade pública ao mesmo tempo. Um dos entrevistados do Grupo B materializou essa questão no seguinte trecho:

(...) assim que eu entrei na universidade ainda trabalhava no IBGE, mas não tava dando certo porque na UnB o curso, a maioria dos cursos exige muito. De manhã, de tarde, às vezes algumas aulas à noite, aí eu não estava conseguindo conciliar com meu trabalho. Como eu não tava conciliando no meu trabalho, eu tive que sair do IBGE. Logo no segundo semestre eu saí do IBGE, nesse mesmo espaço o professor Mario Ângelo me convidou para fazer parte do Afroatitude. E aí o Afroatitude me dava uma bolsa que era de no início duzentos e quarenta e um reais, que era um terço ou um pouco menos de um terço do meu salário, mas para a universidade era o suficiente, assim dava para manter. (Trecho da entrevista realizada com estudante do Grupo B).

Os dados demonstram que a pobreza no Brasil tem cor, logo, boa parte da população negra que entra na universidade apresenta dificuldades em custear e se dedicar

exclusivamente à universidade. Assim, o Programa Brasil Afroatitudo foi um projeto emblemático de uma ação em política pública de permanência no ensino superior.

A dominação intelectual é uma das principais estratégias utilizadas para a manutenção e a garantia dos privilégios da branquitude, e, conseqüentemente, a universidade é um espaço de apagamento dos grupos oprimidos, especialmente por causa do olhar voltado para uma epistemologia eurocêntrica e colonizadora, que intitula a branquitude a salvaguarda da produção do conhecimento, estereotipando os demais grupos como produtores de saberes, estigmatizando-os e colocando esse grupo oprimido no campo do mítico, da não ciência, da militância. Devido à universidade pública ser esse espaço de poder é que presenciamos tanta resistência às cotas raciais; assim, garantir a permanência no ensino superior também é uma política de ação afirmativa.

O PROGRAMA BRASIL AFROATITUDE-UnB: AFRO-UnB E SEUS DESDOBRAMENTOS

O Ato da Reitoria nº 131/2005 instituiu o Programa Brasil Afroatitudo no âmbito da UnB. O convite aos alunos foi feito por meio de correspondências para as suas residências e contato telefônico. Os critérios para ser convidado a participar do programa foram: ter ingressado pelo sistema de cotas para negros; ser classificado nos grupos baixa renda 1 ou 2 de acordo com classificação de vulnerabilidade socioeconômica da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB; ter interesse no desenvolvimento dos trabalhos e tempo disponível para ele.

Assim, foram escolhidos inicialmente 50 alunos de diversos cursos da UnB, sendo que cerca de 83% dos alunos que compuseram a primeira turma do Afroatitudo da UnB eram do grupo 1 (baixa renda), moravam na periferia de Brasília e eram filhos de pais com pouca escolaridade (ensino fundamental incompleto ou completo). Os bolsistas do programa recebiam um recurso de R\$ 240,00 e, em contrapartida, deveriam desenvolver atividades de pesquisa e/ou extensão na universidade.

Em maio de 2005, os participantes do Afroatitudo aprovaram um Regimento Interno, no qual foi regulamentado o funcionamento interno do programa. De acordo com esse documento, o Afroatitudo-UnB se estruturava da seguinte forma: o coordenador era o responsável de fato e direito do programa nos vários aspectos e dimensões que



compreendia sua missão e objetivos. Os colaboradores bolsistas constituíam uma comissão gestora interna formada por sete alunos bolsistas que representavam os alunos do programa.

Essa comissão tinha a função de dar um suporte para coordenação do programa das demandas dos participantes. Havia, no entanto, uma outra comissão que tinha como função orientar o Programa Afroatitude-UnB, sendo formada pelo Decanato de Pós-Graduação (DEG), pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pelo Decanato de Extensão (DEX), pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), pelo Centro de Convivência Negra, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), pela Gerência de DST/Aids do Governo do Distrito Federal (GDF) e por representantes do movimento negro.

Os primeiros participantes do programa foram também os primeiros alunos e alunas atendidos pelo sistema de cotas da UnB. Esses alunos e alunas viram nas cotas raciais a grande oportunidade de acesso ao ensino superior e uma possibilidade real de mobilidade social para si e suas famílias, conseqüentemente. Diante desse fator e expectativas, o Programa Brasil Afroatitude na UnB acabou assumindo uma dimensão subjetiva de fortalecimento da identidade negra e de potencialização do protagonismo desses estudantes negros na luta contra o racismo e as desigualdades socio raciais, revelando o papel fundamental do programa para esse grupo nesse espaço historicamente hierarquizado e embranquecido que é a universidade.

Santos (2015) resgata esse aspecto do programa. Segundo a autora, os acúmulos do programa extrapolavam a mera transferência de renda:

O Programa Brasil Afroatitude constituiu-se como um programa de resposta imediata às reivindicações dos movimentos sociais negros na Conferência de Durban. Seus resultados a curto prazo foram capazes de tornar o ambiente universitário menos difícil para seu ínfimo número de bolsistas, cinquenta em cada uma das dez universidades participantes (SANTOS, 2015, p. 115).

Como também aponta a autora, o programa não tinha por objetivo oportunizar aos participantes constituírem um processo de identificação e autoafirmação negra, no entanto, isso constituiu-se como um dos grandes e positivos reflexos dessa política pública. Destaca-se que, apesar da importância subjetiva e material do programa na vida



de muitos bolsistas, a trajetória do programa foi marcada por diversos contextos de fragilidade e racismo institucional⁶.

Essa troca de experiência, que envolvia afeto e formação política, ocorria no espaço do Centro de Convivência Negra (CCN) da UnB. O CCN, como afirma Jesus (2013), foi criado em 2005 como parte do processo de implementação das ações afirmativas, com o objetivo de estimular a identificação do estudante negro com a universidade e com os demais membros de seu grupo, além de contribuir para o combate ao racismo a partir da presença negra na UnB.

A permanência na universidade foi um dos ganhos fundamentais do programa para os alunos e as alunas cotistas, já que o programa atendia alunos e alunas em situação de considerável vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, podemos afirmar que a ajuda de custo financeira ofertada pelo programa aos estudantes colaborou para que os primeiros estudantes do Afroatitude-UnB concluíssem o ensino superior. Conforme relatou um dos entrevistados, “óbvio, foi importante como política de permanência, pois sem a renda proporcionada pela bolsa, eu e minha família não teríamos podido financiar meus estudos.”

Essa ideia também foi apontada no trecho retirado da entrevista de outro estudante e ilustra essa questão da necessidade de recursos para a permanência e como a bolsa concedida pelo programa era uma opção:

No início, com muito sacrifício da família. Um pouco depois, por meio da bolsa destinada àqueles que participavam do Programa Brasil Afroatitude que surgiu em apoio aos estudantes cotistas um semestre depois da implementação do sistema na Universidade de Brasília. Mais tarde um pouco, por meio de estágios remunerados e o programa Afroatitude. (Trecho da entrevista realizada com estudante do Grupo B).

Cabe ressaltar que o Programa Brasil Afroatitude se configurava como um avanço como política de permanência na medida em que seus beneficiários recebiam uma bolsa para desempenhar atividades de monitoria, pesquisa e extensão, isto é, para atuarem como protagonistas intelectuais, diferentemente das outras modalidades de bolsas de permanência existentes na época que o programa foi criado. Nos programas oficiais de

⁶ O racismo institucional é a materialização do racismo nas instituições públicas ou privadas (LUIZ, 2010, p. 25). Assim, o racismo institucional ocorre quando instituições/organizações colocam pessoas em situação de desvantagem no acesso aos seus serviços por causa da sua cor, cultura, origem racial ou étnica.



permanência da UnB naquele momento, os alunos recebiam bolsas para desempenhar outras funções no *campus*, sendo que essas, na maioria das vezes, eram tarefas administrativas. Nesse modelo institucionalizado, à época, os alunos supriam as carências da universidade, especialmente no que tangia à falta de servidores na instituição, de modo que esses bolsistas acabavam por configurarem como mão-de-obra barata, pois executavam atividades que deveriam ser feitas por funcionários do quadro da universidade e que na maioria das vezes não estavam ligadas à formação acadêmica do estudante.

Outro desdobramento dessa formação e dessa convivência ocorridas entre os pares proporcionada pelo Afroatitude na UnB foi a participação efetiva dos alunos e alunas em outros espaços políticos importantes para o debate racial e, conseqüentemente, para as cotas raciais. Segundo um dos entrevistados, “participar do Afroatitude significou ter um espaço de socialização e convivência universitária. Fora dele não me via como universidade.”

Nas palavras de outro entrevistado:

A convivência me mostrou a importância de exercer frente amorosa para que os maus tratos de um mundo de opressões não me tornassem alguém demasiado rígida. Estar em um grupo de pessoas negras e de baixa renda assim como eu – sofrendo por estar em um espaço branco, masculinizado, classista, que em quase nada valoriza nossos caracteres como é a universidade – era como me olhar no espelho, ter que me encarar, logo, ter que aprender a me enxergar melhor em dores e delícias. Foi orgânico, foi como uma nova auto encarnação, uma catarse de autoaprimoramento e autoaceitação. (Trecho da entrevista realizada com estudante do grupo A).

Assim também fica nítido a captação subjetiva e simbólica do programa, que não pode deixar de ser enfatizada porque foi de suma importância, inclusive para o enfrentamento da questão racial dentro da universidade. Foi a transformação do Afroatitude em um ente político na luta pelo enfrentamento do racismo, figurando dentro de diversos espaços políticos, como sinalizou a estudante do Grupo A nesse trecho:

O Afroatitude, nossa, dava pra escrever um livro enorme falando só disso. Assim como imagino que foi para a maioria, para mim representou o primeiro espaço de coletivização em torno da questão da cidadania negra no Brasil, o que posteriormente me encaminhou para o ativismo no Movimento Negro/Movimento de Mulheres/Luta por Direitos Humanos. Foi também um espaço de extremo amadurecimento humano e alargamento da própria experiência com a negritude, uma vez que pudemos perceber a heterogeneidade dos estudantes negros e cotistas e a própria complexidade da questão racial em



nosso país. Foi importantíssimo pelas experiências acadêmicas, uma vez que a política, através da sensibilidade das pessoas nela envolvida, sanava um tanto considerável de nossas carências frente aos capitais prévios exigidos pelo espaço acadêmico; as oportunidades de pesquisa foram maravilhosas bem como o dia a dia de dificuldades que me colocou em contato com o desenrolar administrativo de uma política pública, isso me abriu muitas portas em outras atividades estudantis e profissionais. (Trecho da entrevista realizada com estudante do grupo A).

Formados no seio do projeto, alguns jovens se tornaram atuantes na militância negra da atualidade no Distrito Federal e em âmbito nacional, os quais encontraram no Afroatitude a oportunidade das primeiras vivências de movimento social e amadureceram politicamente para poderem reivindicar coletivamente os seus direitos. Tal aspecto faz com que o Programa Brasil Afroatitude-UnB seja uma amálgama de política pública e movimento social. Além disso, o Afro-UnB, como o programa era conhecido institucionalmente no seio da universidade, contribuiu e fortaleceu significativamente as políticas de ações afirmativas na UnB, em especial a política de cotas.

O protagonismo das alunas e dos alunos no processo de execução do projeto fez deles corresponsáveis pelo êxito do programa, e essa dinâmica se refletiu positivamente no processo de construção do conhecimento, o que acabou concedendo às alunas e aos alunos um sentimento de responsabilização sobre a produção de conhecimento pautado em um olhar mais plural e abrangente. Isso pode ser levado para outros espaços legítimos de construção de conhecimento, como congressos, seminários, mesas-redondas e outros espaços acadêmicos, políticos, artísticos, em que esses jovens passam e se tornam protagonistas.

Outra importância do programa é que ele se tornou uma incubadora de futuros intelectuais negros e negros, já que a mola propulsora do programa foram as atividades de pesquisa e extensão, sendo a primeira largamente prioritária. Assim, nesses anos, o programa formou mais de 150 possíveis pesquisadoras negras e pesquisadores negros em todas as áreas do conhecimento. O trecho da entrevista a seguir ilustra um pouco dessa importância:

Proporcionou uma visão ampliada sobre a questão de ser negro no Brasil, sempre tentando valorizar as nossas raízes, eliminando o próprio preconceito que acabamos por desenvolver diante do que a mídia impõe como padrão de beleza e de moda. Significou uma porta aberta dentro da universidade, principalmente financeira, no meu caso, através da bolsa de iniciação científica. O que também



me inseriu no mundo da pesquisa, algo que pretendo continuar, mesmo depois de formado.

Esse fato renovou a esperança de termos mais pessoas negras dispostas e preparadas para estudarem, pensarem e proporem soluções para a problemática racial. Outra expectativa foi a possibilidade de que o crescimento de pesquisadoras negras e pesquisadores negros em número e em qualificação refletisse no aumento de docentes negras e negros, contribuindo também para a solidificação de uma universidade de conhecimento mais pluralista, na qual todos os saberes são importantes.

Essa contribuição continua sendo significativa para a permanência dos atuais estudantes na academia, levando em consideração o elevado custo da vida acadêmica. Durante a coleta de dados da pesquisa, as alunas e os alunos exprimiram que uma parte expressiva dos gastos com alimentação, fotocopiadoras e transporte eram custeados com recursos da bolsa do programa. Isso demonstra que o programa foi e é, concretamente, um facilitador da permanência acadêmica desses alunos na UnB.

AS LIMITAÇÕES PROVOCADAS PELO RACISMO INSTITUCIONAL

Nesse sentido, a partir do estudo, percebemos que os três maiores desafios do Programa Brasil Afroatitude-UnB eram: a institucionalização do Afro na estrutura universitária, a ampliação do número de vagas e um maior aporte de recursos para uma execução de maior qualidade das atividades referentes ao programa. Esses desafios eram inerentes ao conjunto dos Programas Brasil Afroatitude. Infelizmente, a maioria foi encerrada com o término do financiamento do MS, e os poucos que sobreviveram foram institucionalizados, ou incorporados às universidades de forma precária, na maior parte dos casos contando com o jeitinho brasileiro, tornando-se apenas um puxadinho na universidade.

No caso do Afro-UnB, apesar de ter alcançado significativos avanços, o programa sofreu com a falta de apoio institucional, esse fator se configurou como o maior entrave enfrentado pelo programa desde a sua inauguração na universidade. A UnB apresentou uma forte resistência para absorver o programa e colocá-lo em sua estrutura. Uma das principais dificuldades se dava no campo administrativo. Apesar de haver

recurso para pagamento das bolsas, a garantia de estrutura e de desenvolvimento institucional estava a cargo da universidade.

Ao longo, principalmente, dos dez primeiros anos, o Afroatitude-UnB passou por distintos vínculos institucionais na universidade (do Gabinete da Reitoria ao Departamento de Serviço Social), e isso tornava o programa um constante espaço de insegurança política e de instabilidade financeira, que levava os bolsistas, inclusive, a terem que se dedicar concomitantemente a outras atividades financeiras para garantir sua permanência na universidade. Era comum o pagamento das bolsas atrasar cerca de dois a três meses, e só serem pagas mediante intervenção e acompanhamento dos próprios bolsistas – era comum os estudantes passarem de órgão em órgão colhendo assinatura dos responsáveis para que o pagamento fosse realizado. Ou seja, estudantes negros de baixa renda eram obrigados a deixar de realizar suas atividades estudantis para, literalmente, exercer o trabalho dos servidores da instituição, a fim de garantir a aquisição de um direito.

Quando o programa foi criado em 2004, no convênio estabelecido entre o Programa Nacional de HIV/DST/AIDS do MS e a UnB, ficou acordado que o Programa Nacional repassaria os recursos para o pagamento da bolsa, e a UnB daria condições estruturais para o funcionamento do Afroatitude no *campus* universitário, incluindo o suporte físico e material. No entanto, a universidade não assumiu na prática essa função de garantir as condições mínimas para o bom funcionamento do programa e o fez de forma descompromissada.

Contudo, vários anos após a sua criação e a realização deste estudo e depois de várias tentativas que esbarraram na burocracia da universidade, o programa foi incorporado ao Centro de Convivência Negra – CCN. A institucionalização do programa, obviamente, é um grande ganho, porém, ao ser inserido dentro do CCN, acarreta a perda de sua autonomia, uma vez que está subordinado a outro órgão, e a autonomia do Afroatitude-UnB foi fundamental para o êxito do programa. Nesse sentido, o programa deveria ter sido incluído na estrutura da universidade, podendo, assim, gozar de um recurso próprio.

O tratamento dado ao Afroatitude-UnB não difere do tratamento dado às demais políticas voltadas para a população negra, as quais também contam com pouco aporte de recursos. Temos a impressão de que tais projetos de enfrentamento às desigualdades



raciais são vistos num plano menor do que as outras políticas públicas. A dificuldade de execução e outras distorções cometidas em relação às políticas voltadas para população negra encontram justificativa assentada no racismo, e isso não foi diferente no caso do Afroatitudo-UnB.

A não incorporação do programa na estrutura da universidade dificulta ainda a ampliação do número de vagas do Afro-UnB. A luta do programa desde 2007 – ano que terminou o repasse de verba pelo MS – tem sido mais focada na manutenção de, pelo menos, cinquenta vagas já existentes.

Além disso, a falta de apoio institucional fez com que o Afro-UnB acabasse vivendo um isolamento na academia, fazendo com que todos os esforços e as ações empreendidas para o sucesso do programa ficassem a encargo do próprio programa. A falta de aporte de recursos e a institucionalização rebaixada do Afro-UnB na instituição impedem o planejamento a longo prazo para as atividades do programa. Assim, o programa fica limitado a executar atividades e metas apenas a curto prazo.

Evidenciamos aqui que o Afro-UnB está constantemente trabalhando com demandas e contingências imediatas, ainda que a coordenação e os alunos tentem traçar e executar metas a curto, médio e longo prazo. A institucionalização precária do programa na universidade não permitiu que um planejamento mais longo fosse cumprido de maneira eficaz devido à necessidade de estabilidade institucional, provisão de recursos e apoio técnico para sua execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências cotidianas do Afroatitudo-UnB mostraram a dificuldade apresentada pela UnB no que tange ao acolhimento de estudantes negras e negros, ainda que a UnB tenha dado um passo à frente na construção de política de ações afirmativas. Desde o início do programa em 2005 até os dias atuais, esteve nítido que ainda haveria muito a ser feito para consolidar não só as ações afirmativas, mas a própria temática racial dentro da universidade. Ainda hoje, a UnB oferta um número pífio de disciplinas ligadas à questão racial quando comparado com o conjunto das disciplinas ofertadas, e desse número pequeno a maioria é optativa. A presença de professores negros no seu quadro de docentes ainda guarda uma grande diferença quando comparada ao número de docentes não negros.

Uma das conclusões a qual chegamos nesse estudo é a de que o Programa Brasil Afroatitude-UnB foi e é um projeto dinâmico e inacabado, estando sempre em processo de reconstrução e à procura de novas dinâmicas para melhor atender as exigências impostas no trabalho com a população negra. Entendemos ainda que o Afro-UnB foi um importante espaço de acolhimento para as alunas e os alunos cotistas na universidade, porque esse espaço comportou inúmeras trocas entre os pares, facilitou e promoveu a discussão da problemática racial, tornando-se um importante espaço político e de construção da identidade racial e política de seus integrantes.

O Afro-UnB permitiu que suas alunas e seus alunos se (des)construíssem e formassem os seus próprios discursos sociopolíticos sobre a problemática racial e sobre tantas outras questões transversais distintas, possibilitando o desenvolvimento de um pensamento crítico e consciente a respeito da temática racial e dos diversos temas correlatos. Esses conhecimentos e percepções serviram para dar a esses estudantes uma formação diferenciada em sua área de atuação.

Assim, a convivência entre os pares se tornou um passo importante para o fortalecimento da identidade negra, da solidificação da negritude e da elevação da autoestima dessas alunas e desses alunos que em algum momento da sua história acadêmica puderam participar do Programa Brasil Afroatitude-UnB. Os dados empíricos da pesquisa mostraram esses avanços. Podemos também dizer que a participação dessas alunas e desses alunos no Afro-UnB foi um fator primordial para uma mudança positiva no comportamento e no olhar sobre si próprios e sobre o mundo ao seu redor, provocando uma transformação psicossociocultural importante na universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDINO-COSTA, J. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! *In Civitas*, 16, n. 3, 504-521, jul.-set. 2016.

BERNARDINO-COSTA, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-asiático*, 24(2), 247-273, 2002.

BERNARDINO-COSTA, J. *Saberes, subalternidades e decolonialidades: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

FANON, F. *Os condenados da Terra*. . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. (Trad. R. Silveira) Salvador: EdUFBA, 2008.

FANON, F. Racismo e Cultura. *Em Defesa da Revolução Africana* (p. 33 - 48). Luanda: INALD, 1980.

FAUSTINO, D. M. “*Por que Fanon? Por que agora?*”: *Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2015.

GOMES, J. B. *Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZALEZ, L. A Categoria político-cultural da Amefricanidade. In: L. Gonzalez, & UCPA (Ed.), *Primavera para as Rosas Negras*. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018, p. 321-334.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: L. Gonzalez, & UCPA (Ed.), *Primavera para as Rosas Negras*. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018, p. 54 -76.

GONZALEZ, L. Mulher negra na sociedade brasileira. In: T. L. Madel, *O lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade ideal*. (Coleções Tendências ed., Vol. 1). Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. Em L. Gonzalez, & UCPA (Ed.), *Primavera para Rosas Negras* (1 ed., Vol. 1, pp. 307-320). Rio de Janeiro: Diáspora Negra, 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: L. Gonzalez, & M. L. Flavia Rios (Ed.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, S. A questão multicultural. In: S. HALL; L. Sovik (Ed.), *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 52-100.

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (2 ed.). Rio de Janeiro: UFMG, 2005.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. (3 ed.). São Paulo: Brasiliense, 2004.

JESUS, J. G. O Desafio da Convivência: Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (2004-2008). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 1, p. 222-233, 2013.

KILOMBA, G. *Memórias da Plantação Episódios de Racismo Cotidiano* (1 ed.). Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUIZ, C. (2010). *Programa Brasil Afroatitude como Estratégia de Política Sócio- Racial inclusiva*. Brasília: Dissertação (Mestrado em Política Social) Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6640>. Acesso em: 29 set. 2021.

MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra* (1ª ed.). São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. *Políticas da Inimizade* (1ª ed.). Lisboa: Antígona, 2017.

MOURA, C. *A Sociologia do Negro Brasileiro*. (Série Fundamentos ed.). São Paulo: Ática, 1988.



MOURA, C. *História do Negro Brasileiro* (Série Princípios ed.). São Paulo: Ática, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander, *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 1995, p. 227-278.

SANTOS, J. P. *Ações afirmativas e igualdade racial. A contribuição do direito na construção de um Brasil diverso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SANTOS, K. M. *Afroatitudianas: afirmação negra e permanência na Universidade de Brasília*. Niterói: Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal Fluminense, 2015.

THEODORO, M. L. *As políticas públicas e desigualdade racial 120 anos após a abolição* (1 ed.). Brasília : IPEA, 2008.

VIEIRA, C. S. Políticas de Ações Afirmativas: subsídios para o debate de aprimoramento. *Revista da ABPN* , 361-364, 2021.

Recebido em: 25/07/2021

Aprovado em: 01/10/2021